
Análise dos resultados

Em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD cobriu as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e alcançou a cobertura completa do Território Nacional. Nesse ano, as pessoas residentes nessas áreas rurais, que anteriormente não eram abrangidas pela Pesquisa, representavam 1,9% da população do País e 23,9% da Região Norte. Com isso, passou-se a ter uma visão completa da situação do País e especialmente das seis Unidades da Federação que, até 2003, a PNAD abrangia somente as áreas urbanas, que diferem expressivamente em diversos aspectos das áreas rurais.

Em 2004, a PNAD investigou, para as crianças e adolescentes, características adicionais sobre o tema educação que, associadas às informações captadas continuamente por meio da Pesquisa Básica, possibilitaram conhecer alguns fatores que se podem refletir no aproveitamento do ensino ou que motivam ou impedem a frequência a estabelecimentos educacionais. Também pesquisou, nas unidades domiciliares, o acesso a algumas transferências de rendimentos proporcionadas por programas sociais governamentais, que juntamente com as informações captadas habitualmente pela Pesquisa Básica, permitem vislumbrar o grau de abrangência alcançado e o perfil socioeconômico da população coberta por esses programas.

Aspectos complementares de educação

O acompanhamento dos resultados da PNAD desta década mostrou que houve aumento sensível no nível de escolarização das crianças e adolescentes. Constatou-se, também, que, em 2004, a grande

maioria das crianças de 0 a 3 anos de idade não freqüentava creche, embora a taxa de freqüência a este tipo de estabelecimento de educação infantil tenha apresentado trajetória de crescimento no período de 2001 a 2004.

Os resultados de 2004 também indicaram diferenças regionais marcantes nas taxas de escolarização e de freqüência à creche.

Considerando as faixas etárias em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o pré-escolar e os ensinos fundamental e médio, verificou-se que, em todos os três grupos de idade, o percentual de pessoas que não freqüentavam escola foi mais elevado na Região Norte (42,1% para o grupo etário de 4 a 6 anos, 5,1% para o de 7 a 14 anos e 21,4% para o de 15 a 17 anos), ainda que o do grupo de 15 a 17 anos de idade da Região Nordeste (21,1%) tenha ficado muito próximo. No outro extremo, a Região Sudeste apresentou os menores resultados desse indicador para as faixas etárias de 7 a 14 anos (1,9%) e de 15 a 17 anos (14,6%) e a Região Nordeste, para a de 4 a 6 anos (24,3%).

A taxa de escolarização feminina superou a masculina em todas as três faixas de idade em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o pré-escolar e os ensinos fundamental e médio. Apenas na Região Norte, a taxa de escolarização feminina foi menor que a masculina no grupo etário de 15 a 17 anos de idade e, nas Regiões Sul e Sudeste, as taxas dos dois gêneros na faixa de 7 a 14 anos de idade foram semelhantes.

No contingente de 0 a 3 anos de idade, a parcela das crianças que não freqüentavam creche também foi maior na Região Norte (94,3%). O menor resultado desse indicador foi o da Região Sul (81,5%), vindo em seguida o da Região Sudeste (83,8%).

Tabela 2 - Percentual de pessoas que não freqüentavam creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões e sexo, segundo os grupos de idade - 2004

Grupos de idade	Percentual de pessoas que não freqüentavam creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
0 a 3 anos	86,6	94,3	88,2	83,8	81,5	91,2
4 a 17 anos	11,9	16,8	12,0	9,6	13,3	13,9
4 a 6 anos	29,5	42,1	24,3	25,2	39,8	38,3
7 a 14 anos	2,9	5,1	3,9	1,9	2,2	2,8
15 a 17 anos	18,1	21,4	21,1	14,6	18,3	20,1
Homens						
0 a 3 anos	86,8	94,7	88,8	83,9	81,3	90,5
4 a 17 anos	12,4	17,6	12,7	9,8	13,7	14,9
4 a 6 anos	30,5	45,4	25,1	25,7	40,3	39,2
7 a 14 anos	3,2	5,4	4,6	2,0	2,2	3,2
15 a 17 anos	18,7	20,9	21,8	15,1	19,1	21,4
Mulheres						
0 a 3 anos	86,4	93,9	87,6	83,6	81,8	92,0
4 a 17 anos	11,3	15,9	11,3	9,4	12,8	13,0
4 a 6 anos	28,4	38,6	23,4	24,6	39,4	37,3
7 a 14 anos	2,6	4,7	3,2	1,9	2,2	2,4
15 a 17 anos	17,5	21,9	20,4	14,0	17,5	18,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

A taxa de escolarização e de freqüência à creche apresentou nítida relação com o nível do rendimento mensal domiciliar *per capita*. Os resultados mostraram que quanto maior era o nível desse rendimento menor era a proporção de crianças e adolescentes que não freqüentavam escola ou creche.

Na faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 16,8% das crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade não freqüentavam escola. Com o aumento das faixas de rendimento mensal domiciliar *per capita*, esse percentual foi diminuindo, atingindo 3,3% na de mais de 2 salários mínimos.

A proporção de crianças e adolescentes que não freqüentavam escola na faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo atingiu 38,5% no grupo etário de 4 a 6 anos, 5,1% no de 7 a 14 anos e 27,0% no de 15 a 17 anos. Esses percentuais foram declinando com o crescimento das faixas desse rendimento e na de 2 salários mínimos atingiram, respectivamente, 9,6%, 0,6% e 4,8%. Esse mesmo comportamento foi observado em todas as regiões. Cabe ressaltar que foram constatadas diferenças regionais relevantes. Em relação ao grupo etário de 7 a 14 anos, os resultados da Região Norte superaram os das demais em todas as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*.

A proporção de crianças que não freqüentavam creche no grupo etário de 0 a 3 anos apresentou sentido descendente com o aumento da faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Na classe de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo esse indicador alcançou 91,6% e na de mais de 2 salários mínimos, ficou em 69,1%. Todas as regiões apresentaram o mesmo comportamento, embora mantendo diferenças entre si. Os resultados da Região Norte foram os mais elevados em todas as classes desse rendimento. No grupo sem rendimento, o indicador da Região Sul igualou-se ao da Região Norte.

A rede pública de ensino atendia à grande maioria dos estudantes em todos os níveis de ensino. Considerando o grupo etário de menos de 18 anos, o percentual deste contingente que freqüentava escola da rede pública no total de estudantes do ensino fundamental (88,2%) suplantou o do pré-escolar (72,5%) e o do ensino médio (79,5%).

O percentual de estudantes da rede pública no total de crianças e adolescentes que freqüentavam escola apresentou sensíveis diferenças regionais. O mais elevado valor desse indicador no pré-escolar foi o da Região Sul (76,5%), no fundamental foi o da Região Norte (92,3%) e no ensino médio foram os das Regiões Norte e Sul (83,1%).

A participação da parcela atendida pela rede privada no total de crianças que freqüentavam creche foi destacadamente mais elevada que as referentes ao pré-escolar, fundamental e médio. Do total de crianças que freqüentavam creche, 42,9% eram atendidas em estabelecimentos da rede privada. Na Região Nordeste esse percentual alcançou 50,0%, superando os das demais.

O aumento da permanência diária nos estabelecimentos de ensino em atividades curriculares ou mesmo extracurriculares possibilita mais oportunidades para o desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes.

Constatou-se que o tempo de permanência diária na escola foi crescente com o aumento do grau de ensino. Enquanto no pré-escolar 29,7% dos estudantes permaneciam mais de quatro horas diárias na escola, no ensino fundamental esta proporção cresceu para 40,6% e no ensino médio atingiu 53,7%. O percentual de crianças que permaneciam mais de quatro horas diárias na creche ficou em 53,1%.

Tabela 3 - Percentual de pessoas que não freqüentavam creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2004

Grupos de idade e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Percentual de pessoas que não freqüentavam creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
0 a 3 anos (2)	86,6	94,3	88,2	83,8	81,5	91,2
Até 1/4 salário mínimo	91,6	95,5	92,5	86,7	88,3	95,2
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	91,0	95,1	89,4	90,6	90,0	93,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	86,6	94,5	84,1	85,9	82,5	93,2
Mais de 1 a 2 salários mínimos	81,6	93,7	77,7	81,0	77,8	89,0
Mais de 2 salários mínimos	69,1	82,8	63,7	68,3	65,6	78,5
Sem rendimento (3)	95,0	98,1	96,1	93,0	98,1	94,5
4 a 6 anos (2)	29,5	42,1	24,3	25,2	39,8	38,3
Até 1/4 salário mínimo	38,5	52,6	32,1	38,4	59,1	57,8
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	35,0	47,8	24,5	34,1	50,1	48,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	27,8	35,8	14,3	25,1	42,1	40,3
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21,1	27,4	8,4	17,7	32,4	26,1
Mais de 2 salários mínimos	9,6	16,1	4,3	7,0	17,3	9,7
Sem rendimento (3)	40,2	36,4	29,3	44,3	60,4	41,5
7 a 14 anos (2)	2,9	5,0	3,9	1,9	2,2	2,8
Até 1/4 salário mínimo	5,1	6,9	5,0	4,4	3,5	5,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	3,5	5,0	3,9	2,4	3,6	4,1
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2,6	4,6	3,2	2,1	2,0	2,6
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1,1	3,1	0,9	0,8	1,3	1,6
Mais de 2 salários mínimos	0,6	1,4	0,7	0,3	1,0	0,3
Sem rendimento (3)	7,5	16,6	8,9	6,4	3,9	4,0
15 a 17 anos (2)	18,1	21,3	21,1	14,6	18,3	20,0
Até 1/4 salário mínimo	27,0	26,7	25,6	30,9	30,1	28,1
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	23,4	24,6	23,5	21,1	27,3	24,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19,1	20,4	19,0	16,9	22,4	23,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	12,3	15,5	8,0	11,0	14,8	17,8
Mais de 2 salários mínimos	4,8	8,4	5,0	3,8	6,2	5,6
Sem rendimento (3)	35,2	38,8	35,2	31,7	60,8	26,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Exclusive os rendimentos das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive as pessoas moradoras em domicílios sem declaração de rendimento. (3) Inclusive as informações dos domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Tabela 4 - Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola, por Grandes Regiões, segundo o tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam - 2004

Tipo de educação infantil ou nível de ensino e rede de ensino que freqüentavam	Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que freqüentavam creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Creche (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rede pública	57,1	63,9	50,0	58,7	63,6	53,1
Rede particular	42,9	36,1	50,0	41,3	36,4	46,9
Pré-escolar (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rede pública	72,5	74,2	71,0	73,1	76,5	67,5
Rede particular	27,5	25,8	29,0	26,9	23,5	32,5
Fundamental (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rede pública	88,2	92,3	88,6	86,1	91,3	86,7
Rede particular	11,7	7,7	11,4	13,9	8,7	13,3
Médio (1) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Rede pública (2)	79,5	83,1	75,4	79,7	83,1	77,3
Rede particular (2)	20,5	16,9	24,6	20,2	16,9	22,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Na Região Sul, o percentual de estudantes que permaneciam mais de 4 horas diárias no pré-escolar (29,1%) suplantou os do ensino fundamental (18,2%) e médio (24,1%). Nas demais regiões, o tempo de permanência diária na escola ascendeu com a elevação do grau de ensino, conforme constatado para o total do País. Observaram-se, também, diferenças regionais acentuadas em termos de permanência diária na escola. Os percentuais de estudantes que permaneciam mais de 4 horas diárias na escola no pré-escolar, no ensino fundamental e no ensino médio foram mais elevados na Região Sudeste, vindo em seguida os resultados da Região Centro-Oeste. Os indicadores dessas duas regiões ficaram bastante afastados dos referentes às demais. Cabe ressaltar, ainda, que o percentual referente ao ensino fundamental da Região Centro-Oeste (46,7%), embora tenha sido o segundo maior, ficou distanciado do resultado da Região Sudeste (68,5%).

A proporção de crianças que permaneciam mais de 4 horas diárias na creche apresentou dois níveis bastante distintos. Os resultados das Regiões Norte (15,5%) e Nordeste (18,6%) ficaram muito abaixo dos alcançados nas outras regiões, que se situaram no intervalo de 67,5% a 70,0%.

Ainda com relação ao tempo de permanência diária na escola ou creche foram constatadas diferenças relevantes entre os resultados referentes aos contingentes que freqüentavam as redes pública e particular em todos os tipos de educação infantil e níveis de ensino.

O percentual de crianças e adolescentes que permaneciam mais de 4 horas diárias na escola no contingente de estudantes da rede particular foi maior que no da rede pública. Enquanto na rede privada 31,6% dos estudantes do pré-escolar, 56,3% do ensino fundamental e 71,9% do médio permaneciam mais de 4 horas diárias na

escola; na rede pública estes percentuais reduziram-se para 29,0%, 38,5% e 49,0%, respectivamente. Esse mesmo comportamento foi observado em todas as regiões, exceto para o pré-escolar na Região Centro-Oeste em que esse indicador da rede particular (39,5%) foi superado pelo da pública (46,9%).

Diferentemente do observado para o pré-escolar, fundamental e médio, o percentual de crianças que permaneciam mais de 4 horas diárias na creche no total das atendidas em estabelecimentos da rede particular (41,0%) ficou substancialmente abaixo do referente à rede pública (62,3%). O mesmo ocorreu em todas as regiões, exceto na Região Norte, em que o indicador da rede pública foi um pouco menor que o referente à rede particular.

Tabela 5 - Percentual de pessoas que permaneciam mais de 4 horas diárias na creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola, por Grandes Regiões e rede de ensino que freqüentavam, segundo o tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam - 2004

Tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam	Percentual de pessoas que permaneciam mais de 4 horas diárias na creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	Total					
Creche (1)	53,1	15,5	18,6	70,0	70,7	67,5
Pré-escolar (1)	29,7	9,1	10,9	46,8	29,1	44,5
Fundamental (1)	40,6	20,2	21,8	68,5	18,2	46,7
Médio (1) (2)	53,7	39,4	43,8	68,1	24,1	60,1
	Rede pública					
Creche	62,3	15,1	24,1	80,1	76,1	79,1
Pré-escolar	29,0	7,9	9,4	46,6	26,7	46,9
Fundamental	38,5	18,7	19,4	67,7	16,2	44,5
Médio (2)	49,0	33,2	37,7	64,8	19,2	53,5
	Rede particular					
Creche	41,0	16,1	13,1	55,7	61,1	54,4
Pré-escolar	31,6	12,5	14,5	47,5	36,4	39,5
Fundamental	56,3	38,2	40,3	73,0	38,4	61,6
Médio (2)	71,9	69,6	62,3	81,6	48,4	82,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

Especialmente para as crianças e adolescentes das camadas da população de baixo rendimento domiciliar, a oferta de alimentação gratuita nas escolas e creches é um fator que favorece o melhor aproveitamento do ensino, além de ser um incentivo à sua permanência no sistema educacional.

No contingente de estudantes do pré-escolar, fundamental e médio, 76,4% freqüentavam escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente. Na rede pública este percentual alcançou 88,8% e ficou em 7,8% na rede particular.

Na rede pública de ensino, o percentual de estudantes que freqüentavam escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente foi de 93,3% no pré-escolar, 92,6% no ensino fundamental e 57,1% no ensino médio. A Região Nordeste deteve o menor valor desse indicador para o ensino pré-escolar (84,7%) e para o fundamental (84,6%) e a Região Centro-Oeste, para o ensino médio (31,6%).

A proporção de crianças que freqüentavam creche que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente alcançou 96,3% na rede pública e ficou em 15,6% na rede particular.

A comparação dos resultados regionais para a rede pública mostrou que a Região Nordeste apresentou o menor percentual de crianças que freqüentavam creche que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente (90,4%).

Tabela 6 - Percentual de pessoas que freqüentavam creche ou escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola, por Grandes Regiões, segundo a rede de ensino e o tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam - 2004

Rede de ensino e tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam	Percentual de pessoas que freqüentavam creche ou escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	75,9	80,5	69,3	78,1	81,7	74,4
Creche (1)	61,6	63,4	48,6	65,6	73,6	56,5
Pré-escolar (1)	71,0	74,2	62,4	75,5	80,6	67,7
Fundamental (1)	82,5	85,9	75,5	84,9	88,7	84,6
Médio (1) (3)	46,3	39,0	32,6	53,8	51,1	25,0
Rede pública (2)	89,0	89,5	81,9	93,2	91,9	89,0
Creche	96,3	95,5	90,4	98,5	98,4	96,7
Pré-escolar	93,3	95,4	84,7	97,9	98,5	96,2
Fundamental	92,6	92,2	84,6	97,4	96,6	96,5
Médio (3)	57,1	46,2	42,1	66,3	60,5	31,6
Rede particular (2)	8,5	10,4	5,7	9,6	12,3	6,8
Creche	15,6	6,6	6,7	18,8	30,2	10,9
Pré-escolar	12,4	13,1	7,9	14,8	22,1	8,4
Fundamental	6,4	10,4	4,7	6,9	6,4	6,8
Médio (3)	4,3	3,9	3,5	4,9	4,6	2,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

No contingente que freqüentava escola ou creche que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente foi elevada a proporção da parcela que consumia a alimentação oferecida na creche (97,3%), no pré-escolar (92,3%) e no ensino fundamental (83,8%). Esses três resultados ficaram bastante distanciados do referente ao ensino médio (56,5%). Esses quatro indicadores relativos à rede pública foram iguais ou ficaram muito próximos aos do total. Com relação à rede particular, o percentual mais baixo foi o do ensino médio (65,4%), que suplantou o seu correspondente na rede pública.

Nas regiões, o menor percentual de crianças e adolescentes que consumiam merenda escolar ou outra refeição no total dos que freqüentavam estabelecimento de

ensino que oferecia esta alimentação foi o referente ao ensino médio da Região Sul no total (47,5%) e, também, nas redes pública (47,4%) e particular (47,5%).

Tabela 7 - Percentual de pessoas que consumiam a merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente, por Grandes Regiões, segundo a rede de ensino e o tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam - 2004

Rede de ensino e tipo de educação infantil ou nível de ensino que freqüentavam	Percentual de pessoas que consumiam a merenda escolar ou outra refeição oferecida gratuitamente pela creche ou escola na população de 0 a 17 anos de idade que freqüentava creche ou escola que oferecia merenda escolar ou outra refeição gratuitamente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	83,5	87,9	88,7	79,6	79,2	88,8
Creche (1)	97,3	94,2	96,3	97,7	97,8	98,7
Pré-escolar (1)	92,3	94,4	93,4	91,1	91,2	94,8
Fundamental (1)	83,8	88,2	88,6	79,4	80,2	89,0
Médio (1)(3)	56,5	52,6	65,4	57,2	47,4	62,3
Rede pública (2)	83,5	87,9	88,7	79,5	79,1	88,7
Creche	97,3	94,0	96,2	97,7	97,8	99,1
Pré-escolar	92,4	94,6	93,5	91,1	91,3	95,1
Fundamental	83,8	88,2	88,6	79,4	80,3	89,0
Médio (3)	56,3	52,2	64,7	57,2	47,4	61,7
Rede particular (2)	85,6	88,8	89,7	83,5	83,5	89,4
Creche	97,6	100,0	97,0	97,6	98,0	94,8
Pré-escolar	89,9	89,2	91,6	89,7	89,1	88,1
Fundamental	79,8	89,0	85,5	76,0	67,2	89,4
Médio (3)	65,2	72,9	91,4	58,7	47,5	86,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Nota: Exclusive as pessoas que freqüentavam curso de nível superior.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rede de ensino. (2) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso de alfabetização de adultos. (3) Inclusive as pessoas que freqüentavam curso pré-vestibular.

O afastamento das crianças e adolescentes do processo de formação educacional pode estar associado a diversos fatores, tais como aqueles intrínsecos ao grupo familiar, ainda que possam ser decorrentes das dificuldades da sua condição de vida (como é o caso, por exemplo, da inserção precoce no processo produtivo ou o envolvimento em afazeres domésticos) e os associados às dificuldades de acesso aos estabelecimentos de ensino (como é o caso, por exemplo, da inexistência de escola ou creche localizada próxima à moradia).

Constatou-se que os motivos indicados para não freqüentar escola apresentaram diferenças sensíveis em função da idade. No grupo etário de 15 a 17 anos, a proporção de pessoas que não freqüentavam escola para ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalhar alcançou 20,1%, enquanto no de 7 a 14 anos baixou para 5,1% e foi desprezível para as crianças de menos de 7 anos de idade.

Por outro lado, a inexistência de escola ou creche perto de casa, falta de vaga ou de transporte escolar como motivo para não freqüentar escola ou creche apresentou percentual decrescente com o aumento da idade. Esse motivo foi indicado por 5,3% do contingente de 15 a 17 anos de idade, 14,7% do grupo de 7 a 14 anos de idade e 17,2% do grupo de menos de 7 anos de idade.

Os percentuais de crianças e adolescentes que não freqüentavam escola por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou por terem concluído a série ou curso desejado ficaram próximos nos grupos etários de 7 a 14 anos (32,4%) e de menos de 7 anos (32,1%), sendo mais elevado no de 15 a 17 anos de idade (45,6%).

Em termos regionais, os comportamentos foram diferenciados. Na faixa etária de 7 a 14 anos de idade, o percentual de crianças e adolescentes que tinham a inexistência de escola perto de casa, falta de vaga ou de transporte escolar como motivo para não freqüentar escola foi mais elevado nas Regiões Norte (20,9%) e Centro-Oeste (19,0%) e menor na Região Sul (8,4%). No grupo de menos de 7 anos de idade, o maior valor desse indicador foi o da Região Sul (21,1%) e o mais baixo, da Região Norte (14,2%). Na faixa etária de 15 a 17 anos, os resultados regionais foram mais baixos e ficaram próximos, variando de 4,4% a 6,7%.

Tabela 8 - Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade e o motivo de não freqüentarem creche ou escola - 2004

Grupos de idade e motivo de não freqüentarem creche ou escola	Distribuição das pessoas de 0 a 17 anos de idade que não freqüentavam creche ou escola (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
0 a 6 anos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	0,0	0,0	-	-	0,0	-
Não existia escola ou creche perto de casa, faltava vaga na escola ou creche ou faltava transporte escolar	17,2	14,2	17,0	17,4	21,1	15,3
Faltava dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	2,5	1,3	2,4	3,0	2,5	1,9
Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado	32,1	17,7	20,0	43,7	44,4	28,8
Outro motivo	48,3	66,7	60,6	35,8	32,0	54,1
7 a 14 anos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	5,1	3,2	6,2	3,4	6,8	6,8
Não existia escola ou creche perto de casa, faltava vaga na escola ou creche ou faltava transporte escolar	14,7	20,9	12,9	15,1	8,4	19,0
Faltava dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	3,2	1,4	4,9	2,6	2,4	-
Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado	32,4	28,2	34,8	28,6	39,1	31,8
Outro motivo	44,7	46,3	41,2	50,2	43,4	42,4
15 a 17 anos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho	20,1	15,0	18,0	21,3	26,7	20,0
Não existia escola ou creche perto de casa, faltava vaga na escola ou creche ou faltava transporte escolar	5,3	6,7	5,3	4,4	6,1	5,8
Faltava dinheiro para as despesas para se manter na escola ou creche	2,3	1,5	1,8	2,9	3,2	1,5
Por vontade própria ou dos pais ou responsáveis ou concluiu a série ou curso desejado	45,6	43,9	47,8	46,0	41,1	43,8
Outro motivo	26,6	31,8	27,3	25,1	22,9	28,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração do motivo de não freqüentarem escola.

Acesso a transferências de renda de programas sociais

Dentre os programas sociais governamentais, das esferas federal, estadual e municipal, encontram-se aqueles que visam a dar suporte às famílias das menores faixas de rendimento por meio de transferências em dinheiro. Entre esses programas de transferência pesquisados, estavam desde o auxílio-gás, que era de R\$ 7,50 mensal, pago bimestralmente, até o Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC, que foi fixado em um salário mínimo mensal. De acordo com a legislação, em um grupo familiar pode haver mais de uma pessoa recebendo dinheiro de programa social. Por exemplo, o fato de existir uma pessoa recebendo o Benefício Assistencial de Prestação Continuada não impede que outro idoso ou portador de deficiência residindo no mesmo domicílio solicite e passe a receber também este benefício, pois o ganho proveniente de programa social não é incluído no cálculo do rendimento do grupo familiar, conforme definido para o Programa. Cabe ainda lembrar que o Programa Bolsa-Família, criado para unificar a gestão e execução dos programas sociais de transferência de dinheiro do governo, tais como: o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e outros, foi sancionado pela Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004 e a sua implantação no Território Nacional estava em curso nesse ano. O foco principal do Bolsa-Família foi a ampliação da cobertura e a regularização dos benefícios. Entretanto, por desconhecimento do processo de unificação, as pessoas poderiam ainda se identificar como beneficiárias dos programas anteriores nos quais se inscreveram. Em consequência, não é aconselhável a análise de cada programa social separadamente. Ademais, por questões operacionais, a investigação foi referenciada às unidades domiciliares e não às pessoas ou aos grupos familiares, conforme definidos para os diversos programas sociais.

Os resultados da Pesquisa de 2004 mostraram que o rendimento mediano mensal dos domicílios situou-se em R\$ 780,00. A Região Nordeste deteve o menor valor desse rendimento (R\$ 500,00), vindo em seguida o da Região Norte (R\$ 640,00). No outro extremo, ficaram os resultados das Regiões Sudeste (R\$ 960,00) e Sul (R\$ 1000,00). Esse rendimento da Região Centro-Oeste situou-se em R\$ 800,00.

Constatou-se que o rendimento mediano mensal dos domicílios que tinham algum morador recebendo dinheiro de programa social do governo (R\$ 458,00) estava em patamar substancialmente inferior ao dos que não tinham (R\$ 880,00). O rendimento mediano mensal dos domicílios com recebimento de dinheiro de programa social do governo representava pouco mais da metade (52%) do referente aos que não tinham este tipo de rendimento. Em todas as regiões houve sensível defasagem entre os rendimentos desses dois grupos de domicílios, sendo que a Região Sul apresentou a maior diferença e a Norte, a menor. O rendimento mediano mensal dos domicílios que receberam representou 76,4% do referente aos que não receberam benefício monetário de programa social do governo na Região Norte e 51,1%, na Região Sul.

No total de domicílios particulares, 15,6% eram constituídos por aqueles em que algum morador recebeu dinheiro de programa social do governo. A Região Nordeste apresentou o maior valor desse indicador (32,0%) e a Sudeste, o mais baixo (7,9%).

A proporção de moradias em que algum morador recebeu benefício monetário de programa social do governo foi decrescente com o aumento da faixa de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Na faixa de até ¼ do salário mínimo esse percentual atingiu 50,3% e na de mais de dois salários mínimos situou-se em 0,7%. Essa mesma evolução foi observada em todas as regiões.

Tabela 9 - Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência no total de domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2004

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência no total de domicílios particulares (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	15,6	18,2	32,0	7,9	10,5	14,0
Até 1/4 salário mínimo	50,3	38,9	56,8	39,2	46,2	36,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	37,2	31,7	47,1	27,0	37,3	30,5
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	17,0	16,6	25,7	10,9	17,0	19,8
Mais de 1 a 2 salários mínimos	4,2	6,6	8,8	2,5	3,4	7,4
Mais de 2 salários mínimos	0,7	1,1	1,5	0,5	0,6	1,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Excluídas as informações das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Nos domicílios particulares em que algum morador recebeu dinheiro oriundo de programa social do governo, quase 91% tinham rendimento domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo e 1,1% de mais de 2 salários mínimos. Naqueles domicílios em que nenhum morador recebeu transferência monetária de programa social do governo, a parcela dos sem rendimento ou com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo representou 43,0% e a dos que tinham mais de 2 salários mínimos, 27,2%.

O percentual de domicílios com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até 1 salário mínimo no total dos domicílios particulares em que houve recebimento de dinheiro de programa social do governo foi mais alto na Região Nordeste (93,8%) e menor na Região Centro-Oeste (83,3%).

Em áreas em que se concentram moradias com baixo rendimento domiciliar, encontram-se com mais frequência domicílios que não dispõem dos serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, eletricidade e telefone, ainda que a cobertura desses serviços venha-se ampliando ao longo dos anos. Consequentemente, as proporções de moradias atendidas por esses serviços importantes para saúde, bem-estar e comunicação dos seus moradores no grupo dos domicílios que tiveram recebimento de dinheiro de programa social do governo foram acentuadamente mais baixas do que naqueles que não tiveram.

O percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado (existente quando a instalação sanitária é ligada à rede coletora de esgoto ou à fossa séptica) foi de 42,4% no grupo dos que tiveram recebimento de dinheiro de programa social do governo e de 73,9% no dos que não tiveram. Em relação ao atendimento por rede geral de abastecimento de água, esses percentuais foram, respectivamente, 69,0% e 84,7%.

Tabela 10 - Distribuição dos domicílios particulares, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i> (1)	Distribuição dos domicílios particulares (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 salário mínimo	24,9	22,7	33,0	16,2	14,5	10,4
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	37,3	40,1	38,2	37,2	34,2	31,9
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28,7	27,8	22,6	34,8	39,0	41,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	6,5	7,2	3,9	8,6	9,7	14,1
Mais de 2 salários mínimos	1,1	0,9	0,5	1,8	1,8	2,3
Sem rendimento (3)	-	-	-	-	-	-
Não receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1/4 salário mínimo	4,4	7,8	11,6	2,0	1,8	2,8
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	11,4	19,2	20,1	8,4	6,5	11,6
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	25,9	31,0	30,8	24,2	22,2	27,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	27,3	22,5	19,1	29,0	33,2	28,9
Mais de 2 salários mínimos	27,2	17,2	14,9	31,3	34,2	27,3
Sem rendimento (3)	1,3	1,2	1,7	1,3	0,8	1,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Exclusive as informações das pessoas de menos de 10 anos de idade e das pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento domiciliar. (3) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.

Com relação à proporção de domicílios atendidos por serviço de coleta de lixo, a diferença também foi relevante (66,0% para os que tiveram recebimento de benefício monetário de programa social do governo e 88,3% para os que não tiveram). No caso dos domicílios dotados de iluminação elétrica, o percentual no grupo dos que receberam dinheiro de programa social do governo foi de 92,9% e no dos que não receberam, 97,6%. No caso da existência de telefone, esses percentuais foram, respectivamente, 34,9% e 71,2%.

As regiões apresentavam diferenças relevantes entre si com referência a essas características da habitação, mas, em todas, os valores dos indicadores concernentes aos domicílios que tiveram recebimento monetário de programa social do governo sempre ficaram abaixo daqueles que não tiveram, a exemplo do observado para o total do País.

O diferencial de rendimento domiciliar se refletiu também na posse de bens duráveis importantes para a saúde, conforto e acesso à informação das pessoas.

No que concerne à posse dos bens mais difundidos nos domicílios, as diferenças foram expressivas entre o grupo dos que receberam dinheiro de programa social do governo (72,1% para geladeira, 81,7% para rádio e 82,5% para televisão) e o dos que não receberam (90,3% para geladeira, 89,0%, para rádio e 91,8% para televisão). Entre aqueles menos comuns, as disparidades também foram acentuadas. No grupo dos domicílios que tiveram esse recebimento, 6,1% tinham *freezer*, 7,6% possuíam máquina de lavar e 1,4% contavam com microcomputador e, no dos que não tiveram estes percentuais subiram para 19,3%, 39,6% e 19,2%, respectivamente.

Tabela 11 - Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões e recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo as características existentes nos domicílios - 2004

Características existentes nos domicílios	Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam dinheiro de programa social do governo						
Abastecimento de água de rede geral	69,0	53,2	63,6	81,0	75,8	78,1
Esgotamento sanitário adequado	42,4	34,7	33,3	66,8	50,7	25,5
Coleta de lixo	66,0	60,5	56,8	80,3	73,8	83,5
Iluminação elétrica	92,9	85,3	90,9	97,2	96,9	96,9
Telefone	34,9	31,6	24,1	45,7	52,7	57,3
Não receberam dinheiro de programa social do governo						
Abastecimento de água de rede geral	84,7	55,6	77,7	92,4	84,8	79,0
Esgotamento sanitário adequado	73,9	54,0	51,3	88,7	79,3	44,1
Coleta de lixo	88,3	73,2	76,0	95,4	89,0	87,2
Iluminação elétrica	97,6	90,5	93,8	99,6	99,1	97,6
Telefone	71,2	51,8	49,7	78,6	81,5	75,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Tabela 12 - Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões e recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência, segundo os bens duráveis existentes nos domicílios - 2004

Bens duráveis existentes nos domicílios	Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam dinheiro de programa social do governo						
Geladeira	72,1	66,0	61,6	86,8	87,7	87,2
Freezer	6,1	7,9	2,7	5,6	21,9	7,8
Máquina de lavar roupa	7,6	7,6	2,2	13,2	20,2	10,2
Rádio	81,7	69,5	79,3	87,5	90,2	80,8
Televisão	82,5	73,3	78,7	90,2	87,8	87,6
Microcomputador	1,4	0,7	0,7	2,5	1,8	2,4
Não receberam dinheiro de programa social do governo						
Geladeira	90,3	76,7	75,1	96,4	95,9	91,0
Freezer	19,3	15,9	8,6	18,4	35,4	20,7
Máquina de lavar roupa	39,6	20,1	14,2	49,2	55,0	28,6
Rádio	89,0	73,8	81,3	93,0	94,1	85,8
Televisão	91,8	80,7	83,2	96,1	94,6	90,2
Microcomputador	19,2	8,2	9,8	23,8	22,7	17,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

A composição do domicílio e determinadas características dos seus moradores, tais como o nível de instrução e as formas de inserção no mercado de trabalho, apresentam efeitos sensíveis na formação e nível do rendimento domiciliar.

A exemplo do observado para as condições da habitação, o diferencial entre o nível do rendimento domiciliar das moradias que receberam dinheiro de programa social do governo e o das que não receberam também foi percebido no perfil socioeconômico dos seus moradores.

Os domicílios em que houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social do governo, tinham, em média, maior número de moradores do que aqueles em não houve este tipo de recebimento. Nos que receberam essa transferência monetária, o número médio de moradores foi de 4,8 e nos que não receberam, 3,3. Esse diferencial foi observado em todas as regiões.

Tabela 13 - Número médio de moradores por domicílio particular permanente, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo no mês de referência	Número médio de moradores por domicílio particular permanente					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	3,5	4,0	3,9	3,3	3,3	3,4
Recebeu	4,8	5,5	4,9	4,8	4,5	4,3
Não recebeu	3,3	3,7	3,3	3,2	3,1	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive os moradores em domicílios sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo.

O confronto das populações residentes em domicílios em que houve e em que não houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social mostrou que a estrutura etária da primeira era mais jovem que a da segunda no total do País e em todas as regiões.

No contingente residente em moradias em que houve recebimento dessa transferência monetária, as crianças e adolescentes representavam 48,0% e os idosos de 60 anos ou mais de idade, 5,0% e, na população moradora em domicílios em que não houve, estes percentuais foram de 28,7% e 11,1%, respectivamente.

Tabela 14 - Distribuição da população residente, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Distribuição da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Recebeu (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 17 anos	48,0	53,0	46,9	49,0	48,3	46,2
18 a 39 anos	31,1	30,4	31,8	30,5	29,1	31,7
40 a 59 anos	15,9	12,8	15,9	16,2	18,1	15,8
60 anos ou mais	5,0	3,7	5,4	4,3	4,5	6,2
Não recebeu (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 17 anos	28,7	36,7	29,4	27,3	26,9	31,0
18 a 39 anos	37,6	39,1	39,1	36,7	36,4	39,8
40 a 59 anos	22,7	17,1	19,4	24,4	25,1	21,3
60 anos ou mais	11,1	7,0	12,1	11,6	11,6	8,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive a população com idade ignorada.

No que concerne à classificação por cor ou raça, verificou-se que a proporção de pessoas que se enquadraram como pretas ou pardas foi muito mais elevada na população residente em domicílios em que houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social (66,6%) do que na que residia em moradias em que não houve esse recebimento (42,8%).

O nível de instrução dos moradores em domicílios em que houve recebimento desse tipo de benefício foi acentuadamente menor que o dos residentes em moradias em que não houve. Esse fato foi observado em todas as regiões.

A proporção de pessoas com pelo menos o equivalente ao ensino médio concluído (11 anos ou mais de estudo) ficou abaixo de 7% no grupo dos moradores em domicílios que receberam e atingiu 31% no dos residentes em moradias que não receberam dinheiro de programa social do governo. As proporções de pessoas com 15 anos ou mais de estudo (ou seja, que concluíram pelo menos quatro séries de curso superior) foram, respectivamente, de 0,3% e 6,8%.

Tabela 15 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de anos de estudo - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de anos de estudo	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	17,8	14,7	22,4	12,1	10,8	15,0
1 a 3 anos	23,9	28,9	25,0	21,9	21,0	19,6
4 a 7 anos	39,2	36,9	35,5	43,7	47,8	43,5
8 a 10 anos	12,1	11,7	10,6	14,4	14,2	13,5
11 a 14 anos	6,4	7,1	6,0	7,2	5,4	7,9
15 anos ou mais	0,3	0,1	0,2	0,4	0,2	0,3
Não receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sem instrução e menos de 1 ano	9,7	12,1	18,4	6,9	6,3	8,6
1 a 3 anos	12,0	16,3	14,5	10,7	10,9	12,1
4 a 7 anos	29,4	30,4	25,8	29,5	32,3	31,0
8 a 10 anos	17,6	16,3	15,0	18,6	18,6	17,8
11 a 14 anos	24,2	20,7	21,3	26,2	24,0	23,3
15 anos ou mais	6,8	3,7	4,8	7,9	7,3	7,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

A taxa de analfabetismo foi outro indicador que mostrou a diferença em termos educacionais entre os dois grupos. Na população de 10 anos ou mais de idade, a taxa de analfabetismo foi de 18,2% no grupo dos moradores em domicílios em que houve recebimento monetário de programa social do governo e de 8,6% no dos residentes em moradias em que não houve. Na faixa de 10 a 14 anos de idade, em que as crianças deveriam minimamente estar alfabetizadas, o percentual de analfabetas foi, respectivamente, de 6,0% e 2,4%.

Tabela 16 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	18,2	14,8	24,1	11,0	9,2	13,6
10 a 14 anos	6,0	7,5	8,6	2,6	1,8	1,9
15 anos ou mais (1)	21,6	17,3	28,0	13,6	11,5	16,8
Não receberam (1)	8,6	10,8	18,3	5,5	5,1	7,2
10 a 14 anos	2,4	4,9	6,9	1,0	0,8	1,1
15 anos ou mais (1)	9,1	11,6	19,3	5,9	5,5	7,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) na parcela residente em habitações que receberam benefício monetário de programa social do governo foi menor (52,1%) do que na moradora em domicílios que não receberam (57,7%), o mesmo ocorrendo para ambos os gêneros. Esse indicador foi de 63,8% na população masculina e de 41,0% na feminina na primeira parcela e de 69,5% e 46,8%, respectivamente, na segunda. A inserção de crianças e adolescentes na população ocupada foi mais intensa nos domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo do que nos que não receberam. Na parcela dos moradores em domicílios que receberam esse benefício, o nível da ocupação na faixa etária de 10 a 14 anos foi de 14,8% e na de 15 a 17 anos, 38,1%, enquanto na dos residentes em moradias que não receberam, caiu para 7,1% e 27,9%, respectivamente. Esse mesmo comportamento foi observado em todas as regiões.

Cabe ressaltar, ainda, que o nível da ocupação mais elevado na parcela das pessoas moradoras em domicílios que não receberam dinheiro de programa social do governo decorreu, principalmente, da maior contribuição dos adultos de 20 a 49 anos de idade, uma vez que nas faixas etárias mais jovens e de mais idade, foi menor que na parcela das residentes em moradias que receberam.

As formas de inserção no mercado de trabalho da população apresentaram estruturas bastante distintas quando separadas em função do recebimento ou não de benefício monetário de programa social do governo.

O segmento agrícola foi o que mais absorveu as pessoas ocupadas moradoras em domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo (43,7%), enquanto os serviços foram os que mais concentraram aquelas residentes em habitações que não receberam (43,6%).

Tabela 17 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	52,1	51,5	53,6	47,7	56,6	49,5
10 a 14 anos	14,8	15,2	18,3	8,1	16,6	8,6
15 a 17 anos	38,1	37,0	38,8	33,9	46,4	36,8
18 ou 19 anos	57,6	54,6	56,9	56,7	66,1	61,8
20 a 39 anos	69,3	72,1	68,7	67,0	74,4	70,3
40 a 49 anos	75,2	77,6	76,4	71,3	77,5	72,7
50 a 59 anos	69,2	73,5	71,7	61,4	72,6	62,0
60 anos ou mais	36,1	40,1	37,3	31,7	43,0	26,5
Não receberam (1)	57,7	59,7	56,6	55,4	63,8	60,7
10 a 14 anos	7,1	13,2	9,8	3,3	10,9	8,2
15 a 17 anos	27,9	33,4	27,4	23,4	37,8	30,6
18 ou 19 anos	50,5	50,3	43,3	49,5	63,2	53,9
20 a 39 anos	74,5	73,0	70,5	74,3	80,8	75,8
40 a 49 anos	76,5	81,2	75,7	74,4	80,7	79,0
50 a 59 anos	63,0	72,6	64,7	59,0	68,6	65,5
60 anos ou mais	29,1	36,7	35,2	22,8	35,9	34,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

As Regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram os menores percentuais de pessoas em atividade agrícola na população ocupada (10,0% e 17,3%, respectivamente). Na Região Sudeste, esse indicador alcançou 30,4% no grupo das pessoas residentes em moradias que receberam transferência monetária de programa social do governo e situou-se em 8,0% no das pessoas moradoras em domicílios que não receberam. Na Região Centro-Oeste, o distanciamento entre os percentuais de pessoas em atividade agrícola na população ocupada residente em domicílios em que houve (23,8%) e em que não houve (16,2%) recebimento de dinheiro de programa social do governo, ainda que expressivo, foi menor que nas demais.

A parcela dos trabalhadores sem contrapartida de remuneração em atividade agrícola apresentava participação maior do que em atividade não-agrícola.

Conforme foi visto, a proporção de pessoas ocupadas em atividade agrícola residentes em domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo

Tabela 18 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os segmentos de atividade do trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola (1)	21,0	28,6	36,2	10,0	22,6	17,3
Indústria (1)	14,7	11,4	9,4	17,7	18,5	10,7
Construção (1)	6,3	6,5	5,3	7,0	5,8	7,3
Comércio e reparação (1)	17,3	17,4	15,5	18,3	17,0	19,0
Serviços (1)	40,5	35,5	33,3	46,8	36,0	45,6
Receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	43,7	41,5	51,4	30,4	42,7	23,8
Indústria	10,2	9,6	8,7	12,3	13,7	11,7
Construção	7,1	6,5	5,5	10,1	8,6	10,6
Comércio e reparação	11,8	13,3	11,0	13,0	11,2	13,7
Serviços	26,7	28,1	23,1	34,0	23,4	40,2
Não receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	15,7	25,1	26,6	8,0	19,7	16,2
Indústria	15,7	11,8	9,8	18,3	19,2	10,6
Construção	6,1	6,5	5,2	6,6	5,3	6,7
Comércio e reparação	18,6	18,5	18,4	18,8	17,9	19,9
Serviços	43,6	37,5	39,7	48,0	37,7	46,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio. (2) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não-declarada.

foi expressivamente mais alta do que a das residentes em moradias que não receberam. Conseqüentemente, no total da população ocupada residente em domicílios que tiveram esse recebimento o percentual de trabalhadores sem contrapartida de remuneração foi mais elevado que no daquela moradora em residências que não tiveram. Esse comportamento foi observado em todas as regiões.

No grupo das pessoas moradoras em domicílios que receberam transferência monetária de programa social, os trabalhadores sem contrapartida de remuneração (não-remunerados e trabalhadores na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso) representavam 23,5% da população ocupada e no das pessoas residentes em moradias que não receberam, 8,2%. Os empregados, que constituíam a maior categoria de posição na ocupação, representavam 40,6% na primeira parcela e 58,6% na segunda.

Tabela 19 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e a posição na ocupação no trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e posição na ocupação no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	40,6	37,3	34,5	53,8	42,4	53,0
Trabalhadores domésticos	9,4	8,5	7,0	14,2	10,1	15,3
Conta própria	25,3	27,2	28,9	18,5	21,3	19,9
Empregadores	1,2	2,1	1,1	1,1	0,8	1,2
Não-remunerados	15,6	17,2	19,5	5,9	18,1	6,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	7,7	7,6	8,8	6,4	6,8	4,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,2	0,1	0,1	0,2	0,5	0,2
Não receberam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	58,6	48,6	50,4	64,5	56,2	59,5
Trabalhadores domésticos	7,2	6,6	6,0	8,1	5,7	8,6
Conta própria	21,2	26,3	26,5	18,6	20,5	19,7
Empregadores	4,8	4,1	3,9	4,9	5,8	5,2
Não-remunerados	4,9	9,3	8,1	2,1	7,4	4,0
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3,2	5,1	5,0	1,7	4,3	2,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

As inserções, tanto dos empregados como dos trabalhadores domésticos, em emprego registrado, foram, proporcionalmente, muito mais elevadas no grupo dos residentes em domicílios que não receberam benefício monetário de programa social do que naquele dos moradores em residências que receberam.

As pessoas com emprego registrado (com carteira de trabalho assinada, militares e funcionários públicos estatutários) representavam 38,3% do conjunto formado pelas categorias dos empregados e trabalhadores domésticos, na parcela dos moradores em domicílios que receberam transferência em dinheiro de programa social do governo, e 66,2%, na dos residentes em moradias que não receberam. Esses percentuais foram, respectivamente, de 43,8% e 70,7% na categoria dos empregados e de 14,2% e 29,3% na dos trabalhadores domésticos. Esse comportamento foi observado em todas as regiões.

Tabela 20 - Distribuição dos empregados no trabalho principal da semana de referência, de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e a categoria do emprego no trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição dos empregados no trabalho principal da semana de referência, de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	32,9	25,5	26,1	40,8	44,6	34,8
Militares e estatutários	5,4	8,1	5,8	4,6	3,0	6,7
Outro sem carteira de trabalho assinada	61,7	66,4	68,1	54,7	52,4	58,6
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	37,2	29,3	29,6	46,2	50,2	40,5
Militares e estatutários	6,6	10,0	7,0	5,8	3,8	8,6
Outro sem carteira de trabalho assinada	56,1	60,7	63,4	48,1	46,0	50,9
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	14,2	8,6	8,7	20,4	20,7	14,7
Sem carteira de trabalho assinada	85,7	91,4	91,3	79,6	79,2	85,3
Não receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	54,8	37,2	40,1	60,3	62,8	47,1
Militares e estatutários	11,4	16,4	14,8	9,6	10,2	15,0
Outro sem carteira de trabalho assinada	33,8	46,5	45,0	30,1	27,0	37,9
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	57,9	40,5	42,6	63,6	65,9	50,2
Militares e estatutários	12,8	18,6	16,6	10,8	11,2	17,2
Outro sem carteira de trabalho assinada	29,3	40,9	40,8	25,6	22,9	32,6
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	29,3	12,6	19,0	34,5	32,5	25,7
Sem carteira de trabalho assinada	70,6	87,4	81,0	65,5	67,4	74,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.

Em relação às pessoas de referência dos domicílios, verificou-se que a parcela de pessoas de menos de 20 anos de idade foi muito reduzida, tanto para as moradoras em habitações em que houve recebimento de dinheiro de programa social do governo (0,3%) como para as residentes nas moradias em que não houve (0,7%). Por outro lado, a parcela das pessoas de referência de 60 anos ou mais de idade foi muito expressiva, ainda que apresentando defasagem acentuada entre os resultados referentes às pessoas de referências dos domicílios em que houve (14,9%) e em que não houve (23,4%) recebimento monetário de programa social do governo.

Cabe notar que, no conjunto das pessoas de referência das moradias em que houve recebimento de transferência de dinheiro de programa social do governo, o percentual de pessoas de 30 a 49 anos de idade (57,8%), que é a faixa etária cuja participação no mercado de trabalho é maior, foi mais elevado do que no daquelas moradoras em domicílios em que não houve (44,6%).

Tabela 21 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,3	0,5	0,4	0,0	0,2	0,1
20 a 29 anos	10,9	11,7	11,7	9,4	9,4	11,1
30 a 39 anos	29,9	33,3	27,9	32,1	31,5	31,5
40 a 49 anos	27,9	27,4	26,7	30,1	30,8	25,1
50 a 59 anos	16,2	14,6	16,8	15,3	16,2	15,7
60 anos ou mais	14,9	12,5	16,6	13,0	11,8	16,4
Não receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,7	1,3	1,0	0,5	0,5	1,0
20 a 29 anos	13,2	18,3	15,5	11,2	12,5	17,1
30 a 39 anos	21,6	26,0	20,4	21,1	21,6	24,4
40 a 49 anos	23,0	21,8	19,6	24,2	23,6	23,5
50 a 59 anos	18,1	15,6	16,4	19,0	19,0	16,7
60 anos ou mais	23,4	16,9	27,1	24,0	22,7	17,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

Também o percentual do grupo etário de 30 a 49 anos na população ocupada de pessoas de referência dos domicílios em que houve recebimento monetário de programa social do governo foi mais alto do que na residente em moradias que não houve recebimento. O grupo de 60 anos ou mais de idade representou 8,4% na população ocupada das pessoas de referência dos domicílios que tiveram esse recebimento e 10,9% na da residente em moradias que não tiveram. A defasagem entre esses resultados foi substancialmente menor que a observada entre os referentes ao total de pessoas de referência dos domicílios, que foram, respectivamente, de 14,9% e 23,4%.

A estrutura etária mais envelhecida das pessoas de referência é um fator importante que se refletiu no nível da ocupação desta população. Enquanto esse indicador do total da população em idade ativa situou-se em 56,5%, o referente ao contingente das pessoas de referência dos domicílios alcançou 74,6%. Esse mesmo comportamento foi observado para ambos os gêneros. Esses dois indicadores foram, respectivamente, 68,2% e 82,6%, no contingente masculino, e 45,6% e 52,%, no feminino.

Tabela 22 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência, o sexo e os grupos de idade - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e grupos de idade	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,3	0,6	0,4	0,0	0,2	0,2
20 a 29 anos	11,8	12,2	12,7	9,7	10,3	12,7
30 a 39 anos	33,4	36,3	31,0	36,4	34,7	36,3
40 a 49 anos	30,4	29,1	29,4	33,1	31,9	28,0
50 a 59 anos	15,8	14,4	17,1	13,8	15,7	15,3
60 anos ou mais	8,4	7,4	9,4	7,0	7,3	7,6
Não receberam (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 19 anos	0,7	1,3	1,0	0,5	0,6	1,1
20 a 29 anos	16,2	20,4	19,0	14,3	14,7	19,3
30 a 39 anos	27,1	29,7	25,4	27,4	26,4	28,6
40 a 49 anos	27,3	24,4	23,1	29,8	27,3	26,3
50 a 59 anos	17,8	15,4	16,7	18,7	18,8	15,9
60 anos ou mais	10,9	8,8	14,8	9,4	12,1	8,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

O nível da ocupação das pessoas de referência dos domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo (79,1%) foi maior que o daquelas moradoras em domicílios que não receberam (73,7%). Esses percentuais situaram-se, respectivamente em 87,2% e 81,7%, na parcela masculina, e 54,7% e 52,0%, na feminina.

A distribuição das pessoas de referência dos domicílios por grupamentos de atividade foi semelhante à do total de pessoas ocupadas, tanto para as que residiam em moradias que receberam como para as que moravam em residências que não receberam benefício monetário de programa social do governo. No grupo das pessoas de referência residentes em domicílios que tiveram esse recebimento, 42,1% estavam inseridas no segmento agrícola e no das moradoras em residências que não tiveram, 39,6% estavam no segmento dos serviços.

No que concerne à estrutura por posição na ocupação, verificou-se que no contingente ocupado formado pelas pessoas de referência dos domicílios a participação dos trabalhadores sem contrapartida de remuneração foi menor que a do total. Esses resultados refletiram a influência dos pequenos empreendimentos familiares

Tabela 23 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e os segmentos de atividade do trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1) (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola (1)	21,0	27,0	36,2	10,9	21,7	19,9
Indústria (1)	15,4	13,2	9,4	18,9	18,8	11,0
Construção (1)	9,3	8,8	8,0	10,3	8,5	10,1
Comércio e reparação (1)	16,9	16,4	15,0	17,7	17,0	18,2
Serviços (1)	37,1	34,0	31,1	41,8	33,8	40,8
Receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	42,1	38,9	50,8	29,5	37,2	26,1
Indústria	10,4	11,9	8,1	12,9	13,7	12,1
Construção	11,6	10,3	9,3	15,9	13,5	14,3
Comércio e reparação	11,1	11,4	10,2	11,9	12,2	12,9
Serviços	24,4	26,1	21,2	29,5	22,7	34,6
Não receberam (2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	16,8	24,3	28,4	9,2	19,7	19,0
Indústria	16,5	13,5	10,0	19,6	19,4	10,7
Construção	8,8	8,4	7,3	9,7	7,8	9,4
Comércio e reparação	18,1	17,5	17,5	18,3	17,7	19,1
Serviços	39,6	35,8	36,4	42,9	35,2	41,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio. (2) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não-declarada

em que, predominantemente, a pessoa de referência era a responsável trabalhando com outros membros não-remunerados do seu domicílio e, também, o exercício mais freqüente do trabalho na produção para o próprio consumo por outros componentes da unidade domiciliar. Esse comportamento foi observado tanto para o grupo das pessoas de referência dos domicílios que receberam como para o daquelas residentes em moradias que não receberam dinheiro de programa social do governo. A parcela das pessoas de referência que eram trabalhadoras sem contrapartida de remuneração foi de 4,3% no primeiro grupo e de 2,8% no segundo. No total da população ocupada esses percentuais foram de, respectivamente, 23,5% e 8,2%. Em consequência, no grupo das pessoas de referência dos domicílios, os percentuais de trabalhadores por

conta própria e empregadores foram mais elevados que no total da população ocupada. Especialmente no grupo das pessoas de referência dos domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo, o percentual de trabalhadores por conta própria alcançou 40,7%, ficando muito afastado do seu correspondente para o total da população ocupada (25,3%). Para os moradores em domicílios que não tiveram recebimento monetário de programa social do governo, esses dois percentuais foram, respectivamente, de 28,3% e 21,2%.

Tabela 24 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e a posição na ocupação no trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e posição na ocupação no trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	46,7	41,6	40,5	58,9	50,0	56,9
Trabalhadores domésticos	5,9	6,4	4,1	8,3	7,0	9,5
Conta própria	40,7	43,1	48,2	27,0	37,2	29,7
Empregadores	2,3	4,4	2,3	1,8	1,6	2,1
Não-remunerados	0,2	0,6	0,3	0,1	0,1	0,2
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	4,0	3,9	4,6	3,7	3,8	1,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,2	0,4	0,1
Não receberam	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregados	57,3	50,5	50,3	62,1	54,2	59,7
Trabalhadores domésticos	4,2	4,4	3,5	4,8	3,1	4,9
Conta própria	28,3	36,0	35,8	23,8	29,5	26,2
Empregadores	7,3	6,6	6,1	7,3	8,9	7,9
Não-remunerados	0,3	0,2	0,4	0,3	0,3	0,4
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	2,4	2,2	3,8	1,5	3,9	0,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Constatou-se, também, que a proporção de empregados registrados no contingente de empregados e de trabalhadores domésticos foi mais elevada na população de pessoas de referência dos domicílios do que no total, tanto para as moradoras em residências que receberam como nas que não receberam benefício em dinheiro de programa social do governo.

Tabela 25 - Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência, por Grandes Regiões, segundo o recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e a categoria do emprego no trabalho principal - 2004

Recebimento de dinheiro de programa social do governo por algum morador do domicílio no mês de referência e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de referência dos domicílios, de 10 anos ou mais de idade, empregadas no trabalho principal da semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Receberam dinheiro de programa social do governo						
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	44,3	36,1	35,8	54,2	56,7	48,4
Militares e estatutários	6,8	10,4	6,6	6,6	4,6	7,8
Outro sem carteira de trabalho assinada	48,9	53,5	57,5	39,2	38,7	43,8
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	21,4	12,2	14,3	29,2	28,8	22,0
Sem carteira de trabalho assinada	78,6	87,8	85,7	70,8	71,2	78,0
Não receberam dinheiro de programa social do governo						
Empregados (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	61,6	44,7	45,8	68,0	69,5	53,9
Militares e estatutários	13,5	19,7	17,2	11,3	12,0	17,7
Outro sem carteira de trabalho assinada	24,9	35,5	37,1	20,7	18,6	28,4
Trabalhadores domésticos (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com carteira de trabalho assinada	32,9	16,7	25,0	37,9	36,3	27,1
Sem carteira de trabalho assinada	67,1	83,3	75,0	62,1	63,7	72,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.